

A literatura feminina negra como eco de insurgência epistemológica e pedagógica - *Quarto de despejo: diário de uma favelada* no ensino de história¹.

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.18446617>

Alidéa Santos Aflitos (Mestranda - Profhistória/UNEB)

Email: alidea.aflitos@gmail.com

Resumo: Esta pesquisa pretende analisar as opressões interseccionais de gênero, raça e classe e, as estratégias de insurgência ecoadas na obra diarística *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus (2014). A investigação propõe centralizar esta escrevivência, como dispositivo pedagógico para a reconstrução crítica das narrativas históricas decoloniais no ensino de história. Fundamenta-se nas epistemologias feministas negras e conceitos: interseccionalidade (Collins e Bilge, 2020; Lélia Gonzalez, 2020), escrevivência (Evaristo, 2020) e pedagogia libertadora e decolonial (hooks, 2017; Rufino, 2021), articulando literatura como fonte histórica (Monteiro, 2007; Pesavento, 2012) e a aplicabilidade das Leis 10.639/03 e 14.986/24 nas aulas de história. Metodologicamente, trata-se de uma investigação propositiva para turmas do 8º e 9º ano do ensino fundamental II, da Escola Municipal Anísio Teixeira, localizada na cidade de Camaçari (Bahia). A intervenção será desenvolvida em três eixos: análise textual crítica da obra; atividades participativas discentes e produção de contra-arquivos digitais com as escrevivências estudantis. Espera-se que os resultados indiquem como é possível através da literatura *Quarto de despejo*: analisar as opressões interseccionais; fomentar consciência histórica crítica e; ressignificar o lugar das mulheres negras na narrativa histórica. Assim, intenciona-se transformar os e as estudantes em coprodutores de conhecimentos, articulando vivências periféricas com saberes acadêmicos e escolares. Portanto, defende-se pedagogias antirracistas e antipatriarcais que centralizam as vozes femininas negras silenciadas e afirmem a educação histórica como espaço de liberdade e insurgência epistêmica.

Palavras-chave: Escrevivência; Ensino de história; Interseccionalidade; Literatura histórica; Decolonialidade.

Introdução

Quarto de despejo: diário de uma favelada, de Carolina Maria de Jesus, representa um marco na literatura brasileira ao ecoar, com uma crueza e autenticidade sem precedentes, as vozes historicamente silenciadas das mulheres negras e periféricas. Este artigo propõe analisar as dimensões interseccionais de gênero, raça e classe presentes na obra, articulando-as à sua potência como ferramenta pedagógica insurgente no ensino de história. Publicada em 1960, o diário transcende o caráter literário para se firmar como documento histórico de profunda relevância que rasga o véu da narrativa hegemônica sobre a pobreza e o racismo no Brasil.

Partimos da premissa de que a escrevivência, conceito cunhado por Conceição Evaristo (2020), pode ser mobilizada com um dispositivo decolonial no âmbito educacional. Para Conceição Evaristo (2020), a escrevivência não é apenas um ato de escrever sobre a

¹ Projeto de pesquisa em andamento no curso de Mestrado Profissional em Ensino de História - Profhistória, na instituição Universidade Estadual da Bahia /UNEB.

própria vida, mas um “escrever-vivendo” que transforma a experiência corporal, social e política de mulheres negras em texto, criando um contra-discurso à história oficial. Ao inserir a escrevivência de Carolina Maria de Jesus (2014) no currículo de história, propõe-se uma reconstrução crítica das narrativas históricas que tradicionalmente marginalizam sujeitos como ela. Assim, um ato feminino afro-epistemológico de insurgência que desmonta o arquivo colonial, transformando a favela e os saberes da mulher negra em produção de conhecimentos decoloniais.

Esta pesquisa articula-se o referencial teórico das epistemologias femininas negras com uma proposta pedagógica alinhada com o disposto no aporte legal. Especificamente a Lei 10.639/03 estabelece o ensino da cultura afro-brasileira e africana, enquanto a Lei 14.986/24 aborda as contribuições, perspectivas e narrativas das mulheres na construção histórica da sociedade brasileira nos espaços escolares. A investigação aqui delineada, portanto, é guiada pela seguinte questão central: de que maneira a obra *Quarto de despejo*, enquanto escrevivência, pode servir de base para uma prática educativa antirracista e decolonial no ensino fundamental?

Fundamentação teórica: Interseccionalidade, escrevivência e pedagogia libertadora-decolonial

Arcabouço o teórico ancora-se nas epistemologias femininas negras, que oferecem lentes críticas para desvelar as estruturas de poder. Nessa perspectiva, o conceito de interseccionalidade, conforme Collins e Bilge (2020), permite compreender como as múltiplas formas de opressão - notadamente raças, gênero e classe - não atuam isoladamente, mas se entrelaçam, produzindo experiências específicas de subjugação. A interseccionalidade serve como lente analítica central por permitir decifrar como as opressões se materializam de forma simultânea, desvelando a matriz de dominação que coloniza, atravessando corpos e territórios (Collins e Bilge, 2020). Como aporte teórico, nessa perspectiva, utiliza-se também as discussões de Lélia Gonzalez (2020), pois embora não recorra explicitamente o termo interseccionalidade em suas formulações teóricas, sua obra permite compreender através da sua abordagem analítica, a complexa realidade de ser mulher negra no Brasil. Essa mulher

negra historicamente subjugada, cuja trajetória é marcada pela ausência de perspectivas de mobilidade social, por estarem submetidas à articulação de uma tripla opressão - racismo, sexismo e desigualdade social -, que operam de maneira interdependente e estruturante. A vida de Carolina Maria de Jesus é um testemunho dessa interseccionalidade. Sua condição de mulher negra, mãe solo, moradora de favela, catadora de papel e escritora, a posiciona em um dos locais de fala singular onde as opressões intercruzam. Como ela mesma registra, ser mulher, negra e pobre é ter três espinhos na garganta” (Jesus, 2014, p. 45). Essa afirmação evidencia uma consciência crítica e profundamente situada sobre como os marcadores sociais da diferença - como raça, gênero, classe e território-, não apenas coexistem, mas se entrelaçam em uma rede complexa de opressões que moldam subjetividades e experiências históricas.

As intersecções identificadas no texto em *Quarto de despejo* não é meramente conceitual, mas vivida cotidianamente por sujeitos como Carolina Maria de Jesus, cuja escrevivência transforma dor em denúncia e memória em resistência. Ao reconhecer esse entrecruzamento, o discurso não apenas revela uma leitura interseccional da realidade, mas também convoca uma prática pedagógica insurgente, capaz de deslocar os saberes hegemônicos e afirmar a centralidade das vozes femininas negras na construção de uma educação histórica libertadora e decolonial.

Dessa forma, para além de uma ferramenta analítica, a interseccionalidade (Collins e Bilge, 2020) opera, neste trabalho, como um princípio ético-político que orienta a leitura da obra *Quarto de despejo*. Pois, é de grande relevância para o andamento dessa investigação, compreender que a matriz de dominação não é apenas um conceito descritivo, mas um sistema interligado de opressões que produz pontos cegos epistemológicos como resultado de um racismo que se renova ao continuar silenciando saberes não hegemônicos.

A escrevivência, nesse contexto, surge como uma tecnologia de insurgência que preenche essas lacunas. Conceição Evaristo (2020) enfatiza que a escrevivência como ato de corpografia, onde o corpo negro, feminino e periférico, inscreve no texto as marcas da experiência social, tornando-se fonte de produção de conhecimentos plurais. Esse gesto literário é, portanto, uma ação pedagógica decolonial, tal proposta por Luiz Rufino (2021), ao

combater o genocídio social e político da população diaspórica que silencia e invisibiliza essas vozes. Articular esses conceitos permite transitar da denúncia da opressão à construção de um arquivo alternativo, onde a favela e a vida da mulher negra são centrais para a compreensão mais realista da história do Brasil.

É a partir desse lugar de opressão, porém, que emerge a potência da escrevivência. A escrita de Carolina Maria de Jesus (2014), portanto, não é um mero diário íntimo: é um ato político de registro e denúncia que dá voz a uma coletividade invisibilizada. Ela performa, na prática, o que Lélia Gonzalez (2020) chamaria de uma resistência cultural, afirmando a humanidade e a agência de um povo sistemicamente desumanizado. Sua narrativa é sua ferramenta de trabalho e simultaneamente sua arma de insurgência pedagógica.

Ana Monteiro (2003), propõe que o ensino de história deve ser entendido como um lugar de fronteira, onde se articulam saberes disciplinares, experiências escolares e memórias sociais. Essa perspectiva amplia o entendimento da sala de aula como um espaço de criação cultural, onde o saber escolar é resultado de processos de transposição didática e de semântica ativa por parte de professoras(es) e estudantes. Ao incorporar a escrevivência de Carolina Maria de Jesus (2014) como fonte histórica, o ensino de história se desloca de uma rasa transmissão de fatos para a construção de uma narrativa plural e inclusiva, que valoriza os saberes periféricos e as memórias silenciadas como elementos protagonizados do saber ensinado nos espaços escolares.

Para que essa insurgência ecoe na sala de aula, faz-se necessário um modelo pedagógico condizente. A pedagogia libertadora de Paulo Freire (2023), revisitada por bell hooks (2017), oferece caminhos. bell hooks defende uma educação como prática de liberdade que é transgrida as estruturas opressoras e emancipa e tanto educadores quanto a dos educandos e educandas. Nesse sentido, a sala de aula deve se tornar um espaço dialógico onde a experiência dos e das estudantes, especialmente os/as oriundos(as) de grupos marginalizados seja valorizada como fonte legítima de saber.

Assim, a pedagogia contra-hegemônica como a discutida por Luiz Rufino (2021) complementa essa visão ao afirmar que educar é um ato de vence-demanda, conceito rufiniano que compreende a educação como um rito de cura e desobediência epistêmica que

combate a colonialidade do saber, do ser e do poder. Entender a escrevivência como prática pedagógica insurgente, também exige que se reconheça o ensino de história como um campo de produção de saberes, e não apenas como espaço de reprodução de conteúdos historiográficos e colonizadores.

Caminhos para uma proposição pedagógica para um ensino de história decolonial

Esta pesquisa é de natureza propositiva. Seu objetivo principal é elaborar e fundamentar uma sequência didática para ser aplicada nos anos finais do ensino fundamental, da Escola Municipal Anísio Teixeira em Camaçari, Bahia. A escolha por esse nível de ensino justifica-se por ser um momento em que os e as estudantes desenvolvem amplamente mais capacidade de abstração e crítica social, permitindo engajamento profundo com as questões complexas apresentadas na obra.

A sequência didática será desenvolvida em três eixos interligados. O primeiro eixo é a **análise crítica e leitura guiada**, momento pedagógico em que serão selecionados textos-chave de *Quarto de despejo* que evidenciam as interseccionalidades (a fome como questão de classe, a violência de gênero, o racismo ambiental). Trechos da obra, a saber: “Quem deve dirigir é quem tem capacidade. Quem tem dó e amizade ao povo. Quem governa o nosso país é quem tem dinheiro, quem não sabe o que é fome, a dor, e a aflição do pobre. Se a maioria revoltar-se, o que pode fazer a minoria? Eu estou ao lado do pobre, que é o braço. Braço desnutrido. Precisamos livrar o país dos políticos açambarcadores” (Jesus, 2014, p.39). A mediação docente, sob inspiração de Ana Monteiro (2010), buscará relacionar o texto com o contexto histórico do Brasil dos anos 1960 na atualidade, problematizando a favela como território onde se pratica o racismo ambiental e a segregação espacial como projeto político racializado.

Como segundo eixo sequencial, as **atividades participativas e dialógicas** Para estimular a reflexão crítica, através de rodas de conversa, debates temáticos, bem como mapas afetivos e linha do tempo da resistência de mulheres negras no cenário local e nacional. Essas atividades visam corporificar situações de opressão e explorar alternativas de resistência, materializando assim a proposta de bell hooks (2017) de uma educação

transgressora.

O terceiro eixo, refere-se a **produção de contra-arquivos estudantis**, momento da sequência didática em que serão estimulados as criações de contra-arquivos pelos estudantes. As produções estudantis são compreendidas como materialização da prática de escrevivência coletiva, a partir das suas individualidades. Entende-se como um convite a pensar a escrita como gesto de memória compartilhada e resistência comunitária. Nesse sentido, os textos estudantis produzidos ao longo da aplicação da sequência didática, além de exercícios escolares, corporificarão atos de inscrição de suas vivências periféricas no tecido da história. Ao transformar suas experiências em narrativas, os discentes assumem o papel de sujeitos históricos que desafiam os silêncios afro-epistêmicos impostos pelo discurso de apagamento construído pela colonialidade. A anatomia da lógica colonial subsidia-se aqui de forma sensível a partir da compreensão de Cláudia Cardoso, quando evidencia colonialidade quanto aos “passos negros invisibilizados pelo discurso do colonialismo que os inventou como incivilizados, primitivos e pelo aviltamento sistêmico na atualidade” (Cardoso, 2019, p. 44). A sala de aula, portanto, torna-se espaço de semeadura de saberes outros, onde cada escrevivência discente será uma semente de mundos únicos e plurais. Assim, o termo contra-arquivo é inspirado na noção de que a história é construída por arquivos hegemônicos e a produção discente pode contestá-los, criando novos registros de memória (Pesavento, 2012).

Articulação com as Diretrizes Curriculares Nacionais

A proposta pedagógica aqui apresentada alinha-se rigorosamente com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Brasil, 2004) com a obrigatoriedade das leis 10.639/03 e 14.986/24. Ao trabalhar especificamente a literatura *Quarto de despejo* como fonte histórica, concretiza-se o previsto artigo 26- A da LDB, que altera a lei 9.394/96, com a obrigatoriedade do cumprimento da lei 10.639/03 que exige o estudo temático "História e Cultura Afro-Brasileira, ministrado no âmbito de todo currículo escolar. Importa destacar aqui a inclusão de Carolina Maria de Jesus no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, através

de um projeto de lei 773/24, de autoria da deputada Erika Hilton, aprovado pela Câmara dos Deputados, em novembro de 2024. Mais do que cumprir os dispositivos legais educacionais, busca-se efetivar a aplicabilidade de uma prática pedagógica centrada nos saberes e experiências da população negra, sobretudo, mulheres afro-descendentes.

Procedimentos metodológicos e instrumentos de avaliação

A pesquisa adotará a operacionalização dos três eixos seguindo uma abordagem qualitativa e participativa, alinhada aos princípios da dimensão propositiva, onde docentes e discentes constituem-se como sujeitos coletivos do processo investigativo. Os instrumentos de coleta incluirão: (a) diários de campo do docente-pesquisador; (b) portfólios manuais ou digitais dos e das estudantes; (c) registros audiovisuais das atividades dialógicas; (d) grupos focais para avaliação processual. Propõe-se que a análise dos dados seguirá os princípios de análise de conteúdo temático, com foco na eclosão de categorias como: consciência histórica crítica; reconhecimento de interseccionalidades a partir de narrativas femininas afrodiaspóricas; e produção contra-hegemônica. A triangulação metodológica garantirá a validade dos achados, cruzando diferentes fontes e perspectivas analíticas.

Cada eixo será desenvolvido em um cronograma sequencial, totalizando 10 aulas de 50 minutos, adaptáveis ao contexto da escolar e ao avanço das atividades com os e as discentes. A avaliação será processual, considerando engajamento, produção crítica e participação nos debates.

Resultados esperados e discussão

Análise crítica das opressões interseccionais vivenciadas por mulheres negras

Ao tomar a trajetória de Carolina Maria de Jesus como paradigma, busca-se que os e as estudantes percebam que a fome, a violência e a precariedade são frutos de uma estrutura social profundamente desigual, e não de fatalismos individuais.

Um exemplo emblemático dessa interseccionalidade pode ser encontrado no registro de 15 de maio de 1958, quando Carolina descreve: “a fome é a pior das enfermidades” (Jesus, 2014, p. 54). A fome, personagem constante no diário, evidencia a interseccionalidade das

opressões. A marginalização atinge Carolina e seus filhos não apenas como pobres, mas como descendentes de uma mulher negra, mãe solo favelada que é subjugada pela estrutura racista e patriarcal que define quem tem direito ou não de ser absorvido de maneira formal pelo mercado de trabalho, como também a ausência estratégica de rede apoio estatal.

Tais opressões interseccionais evidenciam que a fome possui cor, gênero e endereço, uma vez que articulam classe, raça, gênero e território de forma interdependente. No entanto, Carolina Maria de Jesus também registra suas vivências de resistência, mantendo-se viva e atenta às reclusões, silenciamentos e tecnologias de vida da população afro-brasileira, ao escrever: “os meus filhos não são sustentados com pão de igreja. Eu enfrento qualquer espécie de trabalho para mantê-los” (Jesus, 2014. p. 15). A escritora finca a sua força em suas palavras, determinação em prover seus filhos, evidenciando sua agência que resiste, persiste e (re)existe às expectativas de submissão e dependência associadas a mulheres negras e periféricas.

Uma consciência histórica crítica

Permite-se que os discentes reconheçam os mecanismos de exclusão e as estratégias de resistência presentes na sociedade ontem e hoje a obra serve como um espelho que reflete a história de baixo para cima, permitindo aos discentes reconhecerem mecanismos de exclusão e estratégias de (re)existência.

A consciência histórica é aqui compreendida, “como uma das estruturas do pensamento humano” (Cerri, 2023, p. 23), que mobiliza a definição identitária coletiva e pessoal, a memória e a necessidade de ação no mundo. Destaca-se nesse viés conceitual, a importância da intencionalidade do uso da história, do passado e do presente como caminho para dar sentido às experiências contemporâneas, tanto no âmbito da individuação como da coletividade. Assim, percebe-se que a escolha das lentes analíticas utilizadas pelo sujeito histórico, seja na condição de docência/pesquisadora ou discente, influenciam diretamente na formulação e decodificação social, cultural, política, como também às respectivas leituras, apreensões do passado, que subsidia a compreensão do tempo presente..

Sob a perspectiva relacional entre história, passado e presente delineada por Luis

Cerri (2023), compreende-se que a implementação das cotas raciais representa uma forma de reparação histórica. Para que essas ações afirmativas - a reserva de vagas para grupos étnico-raciais, como negros e indígenas, em instituições de ensino e no serviço público -, fosse legitimada, os movimentos negros foram decisivos ao articular reivindicações e fomentar debates públicos nacionais sobre o legado colonial e suas permanências. Essas mobilizações configuram-se como estratégias fundamentais para evidenciar e convencer às instituições de que a condição da população negra brasileira está intrinsecamente vinculada à desvantagens estruturais, historicamente consolidadas e mantidas pela engenharia do racismo. Importa destacar que o movimento em prol das políticas afirmativas “não decorre de outra coisa senão de deslocamentos na aprendizagem e no ensino de história, em parte dentro da escola” (Cerri, 2023, p. 13). É precisamente nesse espaço formativo, marcado por disputas discursivas, que se torna possível implementar novos recortes epistemológicos, a partir do que se entende por ensino de história, e de quais aprendizagens se pretende fomentar no contexto educacional. Dessa forma, o ensino histórico crítico, passa a desempenhar um papel estratégico possibilitar tensionar narrativas hegemônicas, promover releituras críticas do passado e reconhecer - e permitir que se reconheçam - sujeitos historicamente silenciados como produtores de múltiplos saberes.

Nesse contexto, a literatura também se apresenta como ferramenta pedagógica potente para a compreensão crítica dessas desigualdades presentes na sociedade brasileira. A obra *Quarto de despejo* permite aos e às estudantes compreenderem o racismo estrutural como projeto conjugado entre saber e poder, sob a perspectiva das epistemologias femininas negras. Ao analisar passagens como “o Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa já passou fome. A fome também é professora” (Jesus, 2014, p. 29), evidencia a riqueza da escrita-denúncia de Carolina Maria de Jesus que contextualiza de maneira pedagógica, o recorte histórico do cenário político vivido para os e as discentes participantes dessa pesquisa. Dessa maneira, pretende-se que percebam como a experiência de uma mulher negra, constitui-se um locus de produção de conhecimento sobre desigualdades brasileiras, sobretudo racismo e sexismo. Carolina revela que saber não é monopólio das instituições formais, pois podem emergir de territórios marginalizados, dos becos, das encruzilhadas, das favelas e dos corpos que resistem

e continuam vivos. Ao propor trabalhar em sala de aula, *Quarto de despejo*, possibilita que os e as discentes reconheçam, portanto, a potência dos saberes subalternos e compreendam o racismo estrutural como projeto de poder.

Ressignificar o lugar das mulheres negras na narrativa histórica

Desloca-se o foco das grandes figuras para as mulheres negras, enquanto, o sujeito periférico e silenciado. Lélia Gonzalez lança olhar sobre o poder social da mulher negra que, “apesar da situação de extrema inferiorização [...], exerceu um importante papel no âmbito da estrutura familiar ao unir a comunidade negra para resistir aos efeitos do capitalismo [...]” (Gonzalez, 2020, p.161). Dessa forma, Carolina não é uma mulher negra que desperta admiração de maneira isolada, mas representante dessa pluralidade de mulheres negras que também colaboraram, e continuam contribuindo, como continuidade ancestral para uma permanente reelaboração da sociedade brasileira.

Como contra-arquivo, a escrevivência de Carolina Maria de Jesus (2014) não apenas denuncia as estruturas de exclusão que atravessam a experiência da mulher afro-brasileira na periferia, mas também inscreve essa vivência como lugar de produção de saber. Assim, ao incorporar ao ensino de história, *Quarto de despejo* como fonte epistêmica, contribui substancialmente para a consolidação de uma pedagogia antirracista e antipatriarcal, sob a lente analítica interseccional, identificando a pluralidade e unicidade dos sujeitos históricos e valoriza os saberes produzidos fora dos padrões normativos. Conclui-se portanto, que a validação de epistemologias femininas negras no espaço escolar, além de ampliar o repertório cognitivo dos e das discentes, como também segue em direção a uma aplicabilidade efetiva e emancipatória dessas temáticas no ensino histórico-crítico.

No que se refere à produção dos contra-arquivos estudantis, visa-se deslocar os e as estudantes de meros receptores em produtores de conhecimento, valorizando as suas vivências no processo educativo. Essa prática dialoga diretamente com as leis educacionais 10.639/03 e 14.968/24, indo além da simples inclusão de conteúdo para promover uma reestruturação da prática pedagógica. Ao criar seus próprios registros, os e as estudantes não apenas aprendem história, mas fazem história inscrevendo suas subjetividades no grande

painel da memória coletiva.

Nessa perspectiva, pretende-se fomentar que os e as estudantes possam acessar saberes elaborados a partir de matrizes afro-epistêmicas - frequentemente invisibilizados, reduzidos ou distorcidos materialização de dispositivos didáticos tradicionais, referenciados como métrica dos saberes escolares oficiais. Bem como fomentar um ensino de história crítico que amplie os horizontes da aprendizagem estudantil. Essas compreensões corroboram a perspectiva de bell hooks (2017), segundo a qual, as vivências marginais carregam um potencial epistêmico transformador, sobretudo quando reconhecidas e valorizadas no espaço educativo como fontes históricas. Assim, o diário *Quarto de despejo* pode ser lido como um contra-arquivo, ao documentar saberes não hegemônicos e desafiar os cânones tradicionais da historiografia e da epistemologia escolar.

A discussão proposta neste artigo, portanto, evidencia a potência da mulher negra que, a partir do seu lugar de fala demarcado pela exclusão, gera saber transformador. Inserir a obra literária *Quarto de despejo* no ensino de história, permite que os e as estudantes compreendam o passado e presente, a partir das múltiplas perspectivas, rompendo com a linearidade eurocêntrica e patriarcal nas aulas de história. A abordagem aqui defendida é, assim, um convite a uma educação histórica que reconheça a diversidade das experiências femininas afrodiaspóricas como um dos fundamentos centrais para a promoção da justiça social.

Perspectivas e desdobramentos

A implementação desta proposta não se esgota no contexto escolar imediato. Seus desdobramentos podem incluir: (a) a criação de um arquivo digital público com as escrevivências estudantis; (b) a organização de mostras culturais que articulem a obra de Carolina Maria de Jesus (2014) com produções, narrativas e perspectivas de mulheres negras contemporâneas; (c) fomentar um clube de leitura comunitário que estenda a discussão para além de muros da escola. Tais iniciativas concretizam o que Conceição Evaristo (2020) visiona o caráter comunitário e expansionista da escrevivência, transformando a prática pedagógica em sementeira de insurgências epistêmicas femininas negras permanentes nos

espaços formativos.

Considerações finais

A literatura de autoria feminina negra, em especial a escrivência de Carolina Maria de Jesus (2014), configura-se como um instrumento de insurgência pedagógica. Sua mobilização no ensino de história intenciona-se viabilizar a construção de uma educação antirracista, antipatriarcal e decolonial, que valoriza as vozes silenciadas e transforma a sala de aula em espaço de liberdade e (re)existência epistêmica negra. Como reforça a Conceição Evaristo, “a escrita da mulher negra é sempre atravessada por uma memória ancestral que insiste em não morrer” (Evaristo, 2020, p. 29). Essa memória, ao ser impulsionada no ensino de história, rompe com a linearidade eurocêntrica e insere saberes que foram historicamente marginalizados.

Nesse viés, a escrivência de Carolina Maria de Jesus (2014) desloca as narrativas negras como saberes históricos ao exercer uma tríplice função: denúncia epistêmica, fonte de memória contra-hegemônica e prática da liberdade. A escrivência, nesse contexto, é mais do que uma ferramenta pedagógica: é uma estratégia de sobrevivência e afirmação. Ao ecoar as vozes de mulheres negras como Carolina Maria de Jesus, o ensino de história efetiva-se em um campo de disputa simbólica, onde o passado é revisitado a partir das margens e o futuro é reimaginado com base na pluralidade de experiências. A educação histórica insurgente, dessa forma, é também uma escrita de nós - um gesto coletivo consciente e intencional focado na equidade e reparação histórica.

Portanto, a proposta aqui apresentada reafirma um compromisso com a educação histórica crítica que não apenas informe, mas que também engaje cidadãos e cidadãos críticos historicamente e conscientes de seu papel histórico. Assim, que os ecos da voz insurgente de Carolina Maria de Jesus (2014) ressoem nas práticas docentes e nas consciências estudantis, abrindo caminhos para uma história plural, crítica, inclusiva e verdadeiramente emancipatória. Como ilumina Luiz Rufino, revisitando Paulo Freire (2023), “uma educação como ato de descolonização arrega ‘pedagogias do oprimido, da esperança, da indignação, da autonomia e das encruzilhadas’”. (Rufino, 2021, p. 47). Portanto, a obra de Carolina Maria de

Jesus é essa semente epistemológica afro-brasileira, e este artigo é uma modesta contribuição para seu cultivo.

Referências

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2003, seção 1, p. 1.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF: MEC, 2004. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/diretrizes_curriculares_nacionais_para_a_educacao_das_relacoes_etnico_raciais_e_para_o_ensino_de_historia_e_cultura_afro_brasileira_e_africana.pdf acesso em 28/10/2025.

BRASIL. Lei nº 14.986, de 25 de setembro de 2024. **Diário Oficial da União**, em 26 de setembro de 2024.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 29 out. 2025.

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanidade: proposta feminista negra de organização política e transformação social. **Lasa Forum**, v. 50, p. 44-49, 2019. Disponível em: <https://forum.lasaweb.org/files/vol50-issue3/Dossier-Lelia-Gonzalez-2.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2025.

CERRI, Luis Fernando. **Ensino de história e consciência histórica: implicações didáticas de uma discussão contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2023.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

EVARISTO, Conceição. Escrivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado. **Escrivência: a escrita de nós – reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: **Mina Comunicação e Arte**, 2020. p. 26-47.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Editora Ática, 2014.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Organização de Flávia Rios e Márcia Lima. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa. **Professores de história: entre saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2010.

MONTEIRO, Ana Maria. **Ensino de história: algumas configurações do saber escolar**.

In: **História e Ensino**. Londrina: UEL, v. 9, 2003. p. 9-36.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo como texto: leituras da história e da literatura. **Revista História da Educação**, v. 7, n. 14, p. 31–45, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30220>. Acesso em: 22 ago. 2025.

RUFINO, Luiz. **Vence-demanda: educação e descolonização**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2021